



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Mãe do Rio



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Mãe do Rio (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

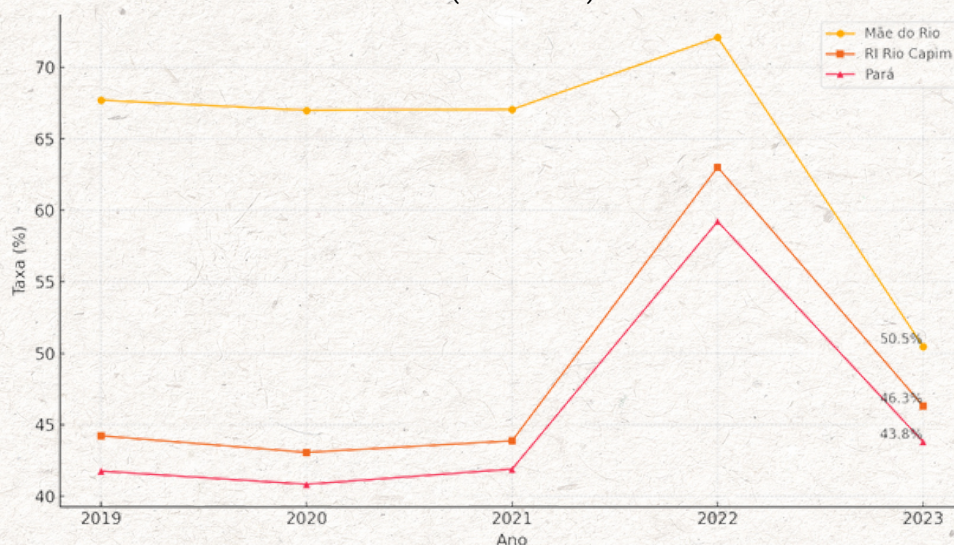
A taxa de pobreza em Mãe do Rio apresentou um comportamento elevado e estável entre 2019 e 2021, oscilando levemente de 67,7% em 2019 para 67,2% em 2021. No entanto, em 2022, houve um aumento acentuado, atingindo 72,3%, reflexo provável dos efeitos econômicos adversos da pandemia. Em 2023, observa-se queda expressiva para 50,5%, o que representa um avanço, embora o índice ainda permaneça acima da média estadual. Na Região de Integração Rio Capim, o cenário seguiu trajetória semelhante: de 44,3% em 2019 para 63,2%

em 2022, com recuo para 46,3% no ano seguinte. Já o Pará passou de 41,4% em 2019 para um pico de 59,6% em 2022, encerrando 2023 em 43,8% (Gráfico 1).

Esse padrão evidencia um agravamento generalizado da pobreza em 2022, seguido de relativa recuperação em 2023. Ainda assim, os níveis permanecem altos, especialmente em Mãe do Rio, que segue com a maior taxa entre os territórios analisados. A queda recente pode estar associada à ampliação de políticas de transferência de renda, retomada econômica e aumento

da produtividade agrícola, mas exige cautela quanto à sua sustentabilidade. A persistência de valores acima de 50% reforça a necessidade de políticas públicas estruturantes. A comparação com o estado e a RI mostra que o município carrega uma carga de pobreza mais intensa (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

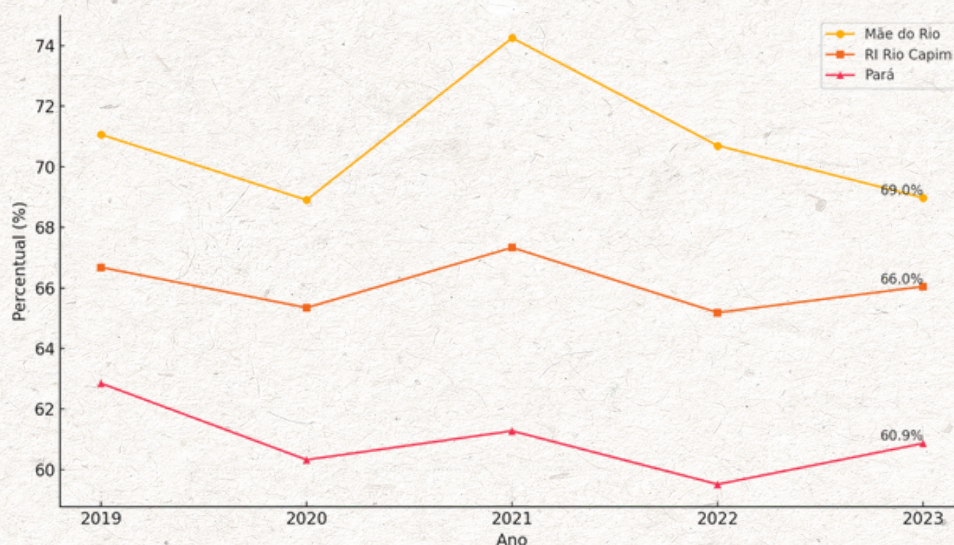
Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas com serviços essenciais em Mãe do Rio demonstraram oscilações ao longo do período analisado. Em 2019, o município aplicou 71% do orçamento nesses serviços, reduzindo para 68,7% em 2020, e atingindo o pico de 74,2% em 2021. Nos anos seguintes, houve uma retração: 70,8% em 2022 e 69% em 2023, mantendo-se ainda acima das médias estadual e regional. A RI Rio Capim variou de 66,6% em 2019 para 65,2% em 2022, com leve recuperação para 66% em 2023. Já o estado do Pará apresentou os menores índices, caindo de 62,9% em 2019 para 60,9% em 2023. Isso evidencia que Mãe do Rio tem priorizado investimentos em saúde, educação e assistência, apesar das oscilações (Gráfico 2).

A manutenção de percentuais elevados em Mãe do Rio pode indicar um esforço contínuo do governo local para garantir acesso a serviços básicos. Mesmo com a queda após 2021, o município mantém sua posição de maior aplicação proporcional entre os territórios analisados. Essa tendência, no entanto, precisa ser monitorada para garantir que não haja comprometimento de áreas sensíveis diante de eventual ajuste fiscal. A ligeira recuperação em 2023 na RI Rio Capim e no Pará pode sinalizar uma retomada da capacidade de investimento. Contudo, os patamares estaduais continuam baixos, o que pode dificultar avanços nos indicadores sociais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

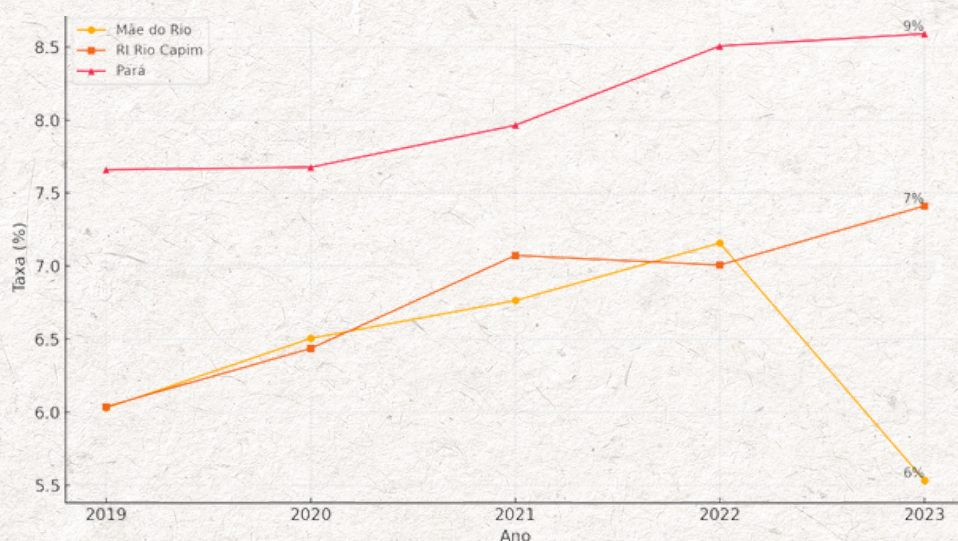
A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Mãe do Rio iniciou em 6% em 2019, crescendo para 6,5% em 2020, 6,8% em 2021 e chegando a 7,2% em 2022. Em 2023, no entanto, ocorreu uma redução expressiva, retornando ao patamar de 6%. Esse recuo sugere avanços na atenção pré-natal, cobertura da atenção básica e melhora das condições maternas no município. Na RI Rio Capim, a trajetória foi de crescimento contínuo, de 6% em 2019 para 7% em 2023, com estabilidade entre 2021 e 2022 (7,1% e 7%). O estado do Pará apresentou o pior cenário, com crescimento ininterrupto: 7,6% em

2019 para 9% em 2023 (Gráfico 3).

Os dados indicam uma realidade preocupante no nível estadual e regional, com agravamento das condições de nascimento. Em contraste, o recuo observado em Mãe do Rio em 2023 pode sinalizar políticas locais mais eficazes, embora ainda insuficientes para consolidar uma trajetória de queda sustentada. O baixo peso ao nascer é um importante indicador de saúde pública, associado à mortalidade infantil e ao desenvolvimento futuro. O município, mesmo com recuo, ainda precisa avançar no combate à desnutrição materna e à melhoria do pré-natal (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

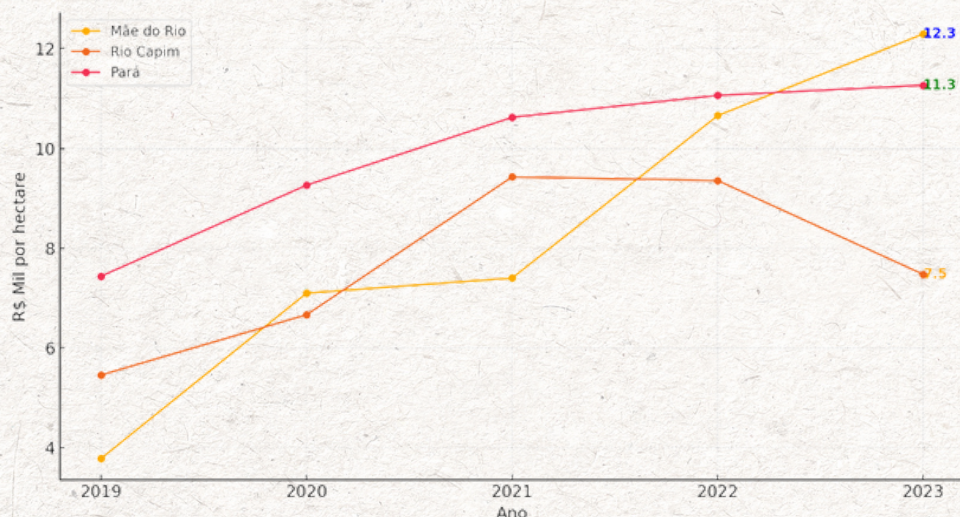
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Mãe do Rio registrou crescimento notável entre 2019 e 2023, saindo de R\$ 3,8 mil/hectare para R\$ 12,3 mil/hectare. Esse avanço foi marcado por saltos importantes: em 2020, atingiu R\$ 7 mil; em 2022, chegou a R\$ 11 mil; e consolidou-se com R\$ 12,3 mil em 2023. Trata-se do melhor desempenho entre os três níveis territoriais analisados. A RI Rio Capim, por sua vez, avançou até 2021, chegando a R\$ 9,4 mil/hectare, mas sofreu queda nos dois anos seguintes, encerrando 2023 com R\$ 7,5 mil. O estado do Pará manteve crescimento contínuo, partindo de R\$ 7,4 mil para R\$ 11,3 mil no mesmo período (Gráfico 4).

Esse desempenho superior de Mãe do Rio pode estar relacionado à adoção de tecnologias agrícolas, programas de apoio ao produtor rural ou condições climáticas favoráveis. O fato de o município ultrapassar a média estadual em 2022 e manter a liderança em 2023 mostra seu potencial estratégico no setor agropecuário. A queda observada na RI Rio Capim levanta preocupações quanto à sustentabilidade do crescimento regional. Já o comportamento constante do estado indica uma evolução estável e gradual. Para manter esse patamar elevado, Mãe do Rio deve continuar incentivando políticas de crédito, assistência técnica e inovação no campo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

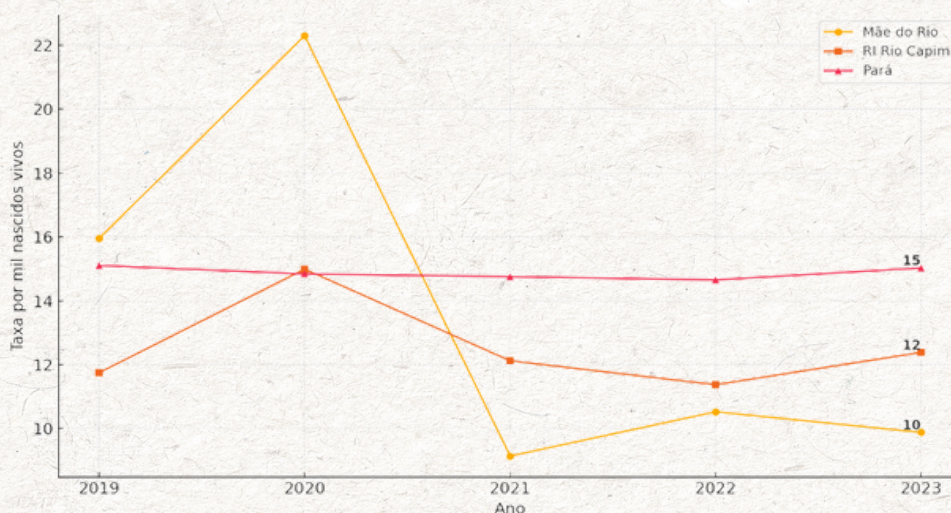
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Mãe do Rio, a taxa de mortalidade infantil começou em 16 por mil nascidos vivos em 2019 e apresentou um pico expressivo em 2020, com 22,3. A partir de 2021, observou-se uma queda acentuada, com 9,1 naquele ano, seguida de 10,5 em 2022 e encerrando 2023 com 10. Esse recuo demonstra avanços relevantes nas condições de saúde infantil e no atendimento pré-natal. Na RI Rio Capim, o indicador oscilou de 11,8 em 2019 para 15 em 2020, reduzindo para 12,2 em 2021 e encerrando em 12 em 2023. Já o estado do Pará manteve certa estabilidade, variando entre 15,2 e 14,7 de 2019 a 2022, e subindo novamente para 15 em 2023 (Gráfico 5).

A trajetória de Mãe do Rio é marcada por um aumento crítico em 2020, provavelmente relacionado à crise sanitária da pandemia, mas seguida de um esforço bem-sucedido de reversão. O fato de o município ter encerrado 2023 com taxa inferior à da RI e do estado indica que houve fortalecimento de políticas de saúde infantil. Ainda assim, os valores demandam atenção, já que o ideal é a redução contínua e sustentada. A tendência da RI Rio Capim revela certa oscilação, sem melhora significativa. Já a estabilidade do estado do Pará evidencia uma estagnação que pode refletir limitações na cobertura e qualidade do sistema de saúde (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

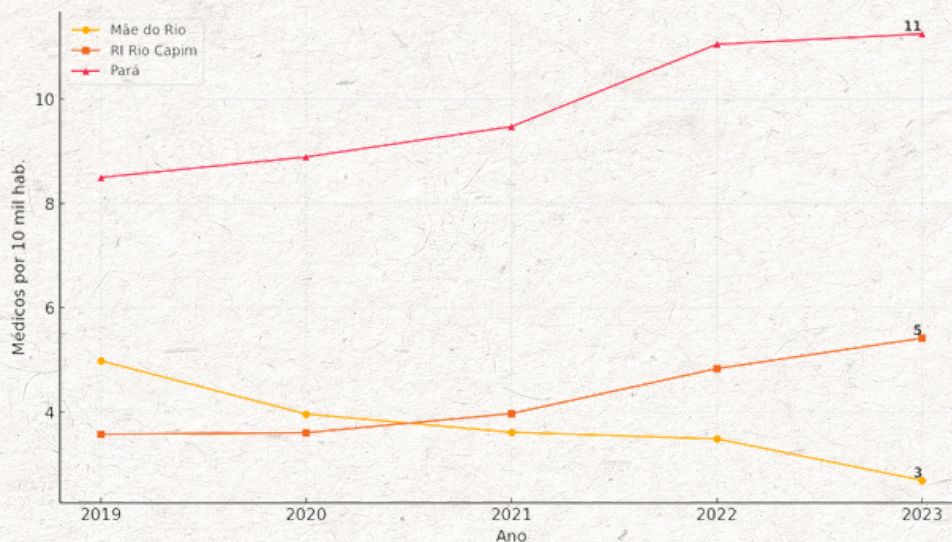
Mãe do Rio iniciou 2019 com 5 médicos por 10 mil habitantes, número que caiu para 4 em 2020 e seguiu em declínio, atingindo apenas 3 médicos em 2023. Esse movimento revela perda de capacidade assistencial, o que pode comprometer o acesso e a qualidade do atendimento à população local. Na RI Rio Capim, o número aumentou gradualmente de 3,6 em 2019 para 5 em 2023, ultrapassando Mãe do Rio a partir de 2021. O estado do Pará registrou crescimento contínuo, saindo de 8,5 em 2019 para 11 em 2023, evidenciando avanços significativos no reforço

do corpo médico estadual (Gráfico 6).

A tendência de queda em Mãe do Rio é preocupante, sobretudo diante do aumento de profissionais observados nos demais níveis territoriais. A comparação com a RI e o estado expõe um enfraquecimento local no quadro de médicos, o que pode dificultar a cobertura da atenção básica, controle de doenças e cuidados especializados. Enquanto isso, a RI Rio Capim mostra um esforço de expansão progressiva e o Pará acompanha tendência nacional de aumento da densidade médica (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em 2019, Mãe do Rio apresentava 275 vagas por mil habitantes no ensino público, número que caiu ligeiramente para 271 em 2020 e 270 em 2021. A partir de 2022, a queda foi mais acentuada, chegando a 234 vagas e atingindo apenas 198 em 2023, abaixo da média estadual. Na RI Rio Capim, os valores também caíram de 220 vagas em 2019 para 210 em 2023, com um pico intermediário de 232 em 2022. Já o estado do Pará passou de 211 vagas em 2019 para 198 em 2023, mantendo-se estável na média dos últimos dois anos (Gráfico 7).

A queda brusca em Mãe do Rio após 2021 pode estar relacionada à reorganização da rede escolar, redução de matrículas ou mudanças demográficas. Mesmo com o nível mais elevado até 2021, o município perdeu a liderança em 2023, ficando atrás da RI. A retração generalizada observada nos três territórios sugere um fenômeno estrutural, possivelmente ligado à redução de demanda por faixa etária ou contenção orçamentária. Ainda assim, a manutenção de uma oferta compatível com o crescimento populacional e metas de universalização é crucial (Gráfico 7).

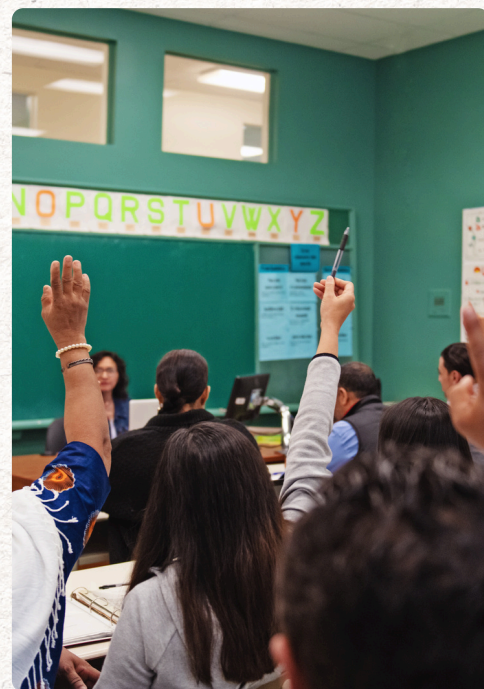
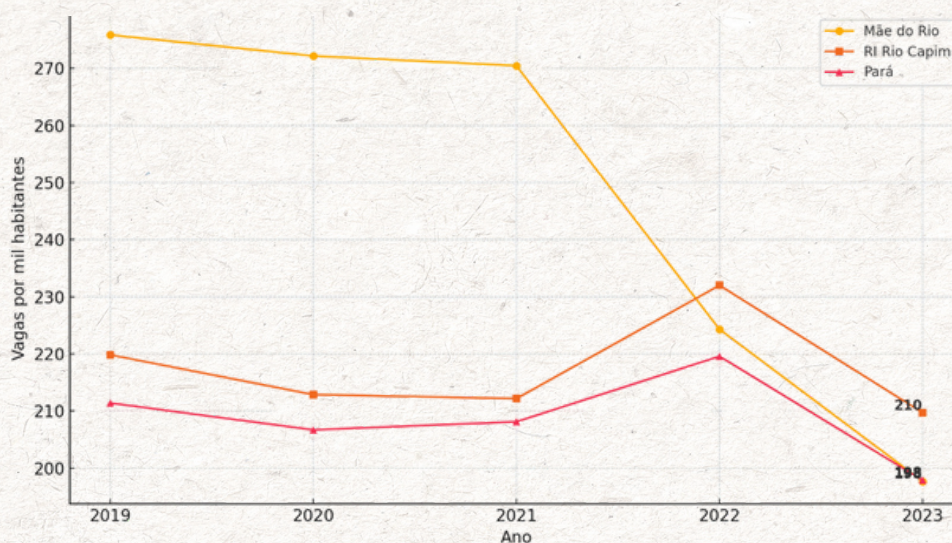


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

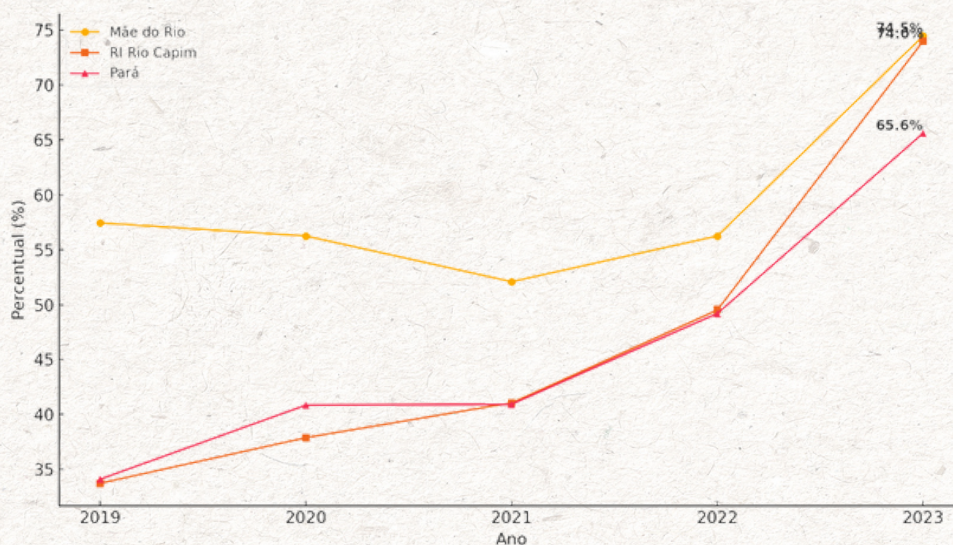
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 198 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em 2019, 57,4% das escolas de Mãe do Rio tinham acesso à internet, índice que caiu para 56% em 2020 e chegou a 52% em 2021. A partir de 2022, houve retomada com 56,3%, e um salto significativo em 2023, atingindo 74,6% das escolas conectadas. Na RI Rio Capim, o percentual cresceu de 33,5% em 2019 para 74,1% em 2023, demonstrando forte evolução. O estado do Pará passou de 34% em 2019 para 65,6% em 2023, também indicando ampliação da infraestrutura digital educacional (Gráfico 8).

A melhoria em 2023 reflete a incorporação de políticas de conectividade escolar, fundamentais para o fortalecimento do ensino híbrido e acesso a conteúdos digitais. Embora Mãe do Rio tenha iniciado o período com níveis superiores aos da RI e do estado, enfrentou retrações até 2021. O crescimento recente, no entanto, reposicionou o município em patamar elevado e próximo da universalização. A RI e o estado, por sua vez, apresentaram progressos consistentes, partindo de um cenário de grande deficiência estrutural (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 74,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

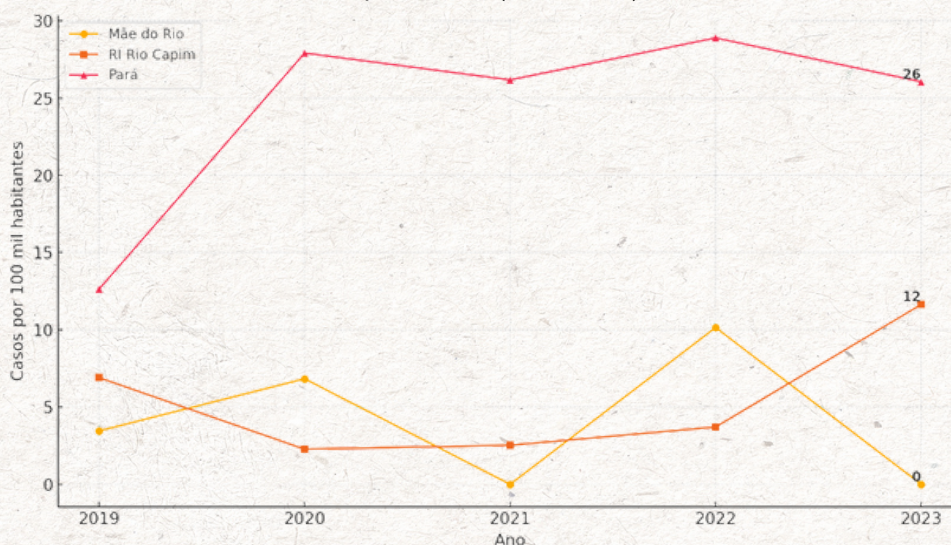


Em Mãe do Rio, os casos de violência contra a mulher por parceiros apresentaram grande oscilação. O município iniciou com 3,4 casos por 100 mil habitantes em 2019, subiu para 7,1 em 2020, caiu para zero em 2021, voltou a subir em 2022 com 10 casos, e retornou a zero em 2023. Essa flutuação pode estar relacionada a subnotificações ou variações na denúncia e registro. Já na RI Rio Capim, os números iniciaram em 7,1 casos e fecharam 2023 em alta, com 12,2. O estado do Pará manteve-se com índices elevados, saindo de 12,8 em 2019 para 26 casos por 100 mil habitantes em 2023 (Gráfico 9).



A evolução do indicador mostra que a violência contra a mulher permanece como um problema grave e persistente no Pará. Apesar dos números zerados em alguns anos em Mãe do Rio, é necessário cautela, pois isso pode indicar ausência de registros e não de casos. A RI apresentou tendência de crescimento a partir de 2022, e o estado se manteve em patamar preocupante. O aumento em 2023 exige políticas públicas mais efetivas de prevenção, acolhimento e responsabilização (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

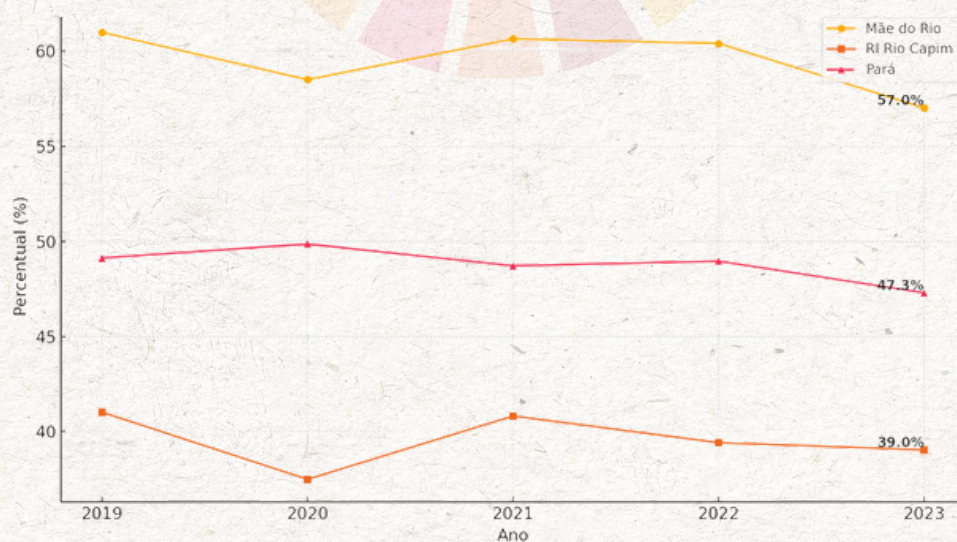
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Mãe do Rio, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres iniciou em 60,9% em 2019, caiu para 58,3% em 2020 e retomou o patamar de 60,9% em 2021. Em 2022, manteve-se praticamente estável (60,6%), mas encerrou 2023 com queda para 57%, ainda assim o maior valor entre os três recortes analisados. Na RI Rio Capim, a participação feminina era de 41% em 2019, oscilou entre 37,5% e 41% ao longo do período e fechou em 39% em 2023. Já o estado do Pará apresentou maior estabilidade, variando entre 48,9% e 47,3% ao longo dos cinco anos (Gráfico 10).



Apesar da leve retração recente, Mãe do Rio se destaca pela significativa presença de mulheres em cargos de gestão, superando com folga os percentuais da RI e do estado. Isso pode refletir um ambiente institucional mais inclusivo ou políticas locais voltadas à equidade de gênero. A RI Rio Capim mantém percentuais consideravelmente mais baixos e praticamente estáticos, sugerindo barreiras mais fortes à ascensão feminina em posições de liderança. O estado do Pará, embora com participação inferior à do município, exibe um cenário mais equilibrado (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

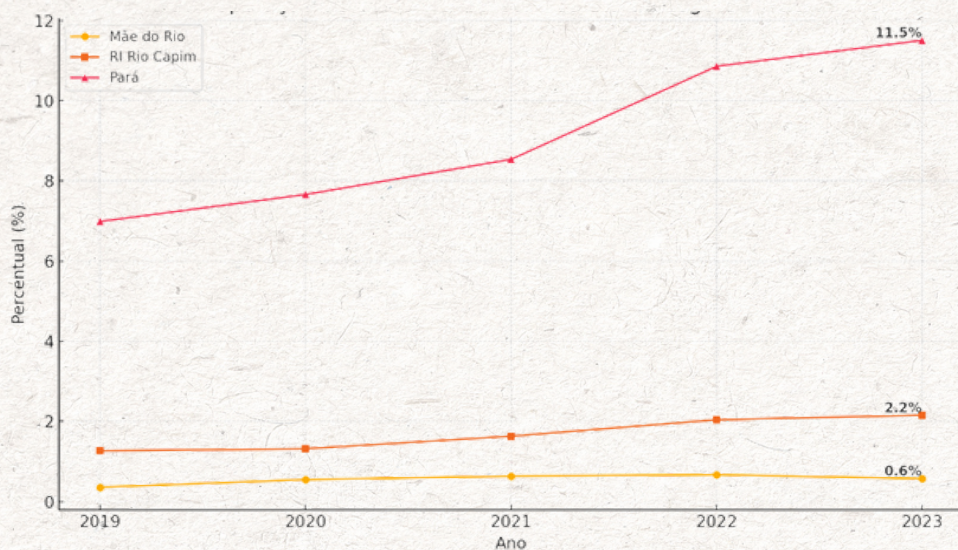
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O percentual de pessoas de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em Mãe do Rio foi muito baixo ao longo dos anos. Em 2019, era de apenas 0,3%, subindo levemente até atingir 0,6% em 2023. Apesar do leve avanço, os valores seguem alarmantemente baixos. Na RI Rio Capim, o indicador cresceu de 1,3% em 2019 para 2,2% em 2023, também em ritmo lento. Já o estado do Pará apresentou uma trajetória mais robusta, passando de 7% para 11,5% no período (Gráfico 11).

Essa discrepância mostra uma desigualdade significativa entre Mãe do Rio e o restante do estado. Enquanto o Pará ampliou gradualmente a cobertura, o município ainda carece de políticas mais eficazes de saneamento básico voltadas à população vulnerável. O baixo acesso ao serviço prejudica diretamente a saúde e a dignidade das famílias mais pobres. A ampliação da coleta de esgoto é fundamental para a melhoria da qualidade de vida e prevenção de doenças. O cenário atual exige ações urgentes e investimentos estruturais para inclusão dessas comunidades nos sistemas públicos de esgotamento sanitário (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

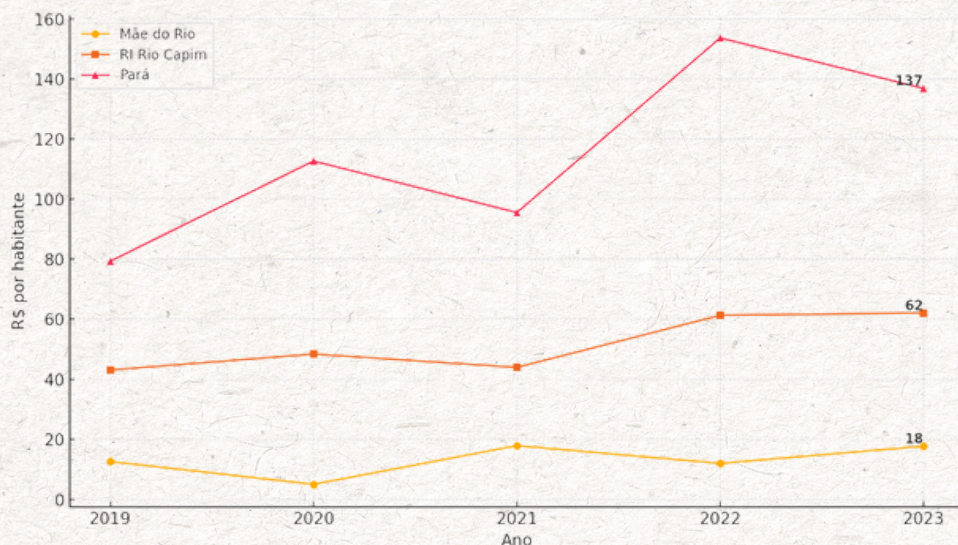
Em Mãe do Rio, o gasto per capita com saneamento básico foi de R\$ 13 por habitante em 2019, caiu para R\$ 6 em 2020, aumentou para R\$ 17 em 2021, recuou novamente em 2022 (R\$ 12), e subiu para R\$ 18 em 2023. A RI Rio Capim manteve valores mais altos e estáveis, passando de R\$ 43 para R\$ 62 no período. Já o estado do Pará apresentou altos investimentos, crescendo de R\$ 80 por habitante em 2019 para R\$ 137 em 2023, com picos notáveis em 2020 (R\$ 113) e 2022 (R\$ 153) (Gráfico 12).

A análise mostra que Mãe do Rio está muito aquém dos ní-

veis de investimento estadual e regional. Essa diferença pode explicar, em parte, os baixos indicadores de cobertura de esgoto no município. A inconsistência nos gastos também revela falta de continuidade em políticas públicas de saneamento. Para reverter esse quadro, é fundamental ampliar o financiamento municipal e buscar recursos estaduais e federais. Além disso, é necessário garantir planejamento e execução eficiente das obras, com foco em universalização e inclusão social. O saneamento é pilar essencial para a saúde pública e a equidade urbana (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

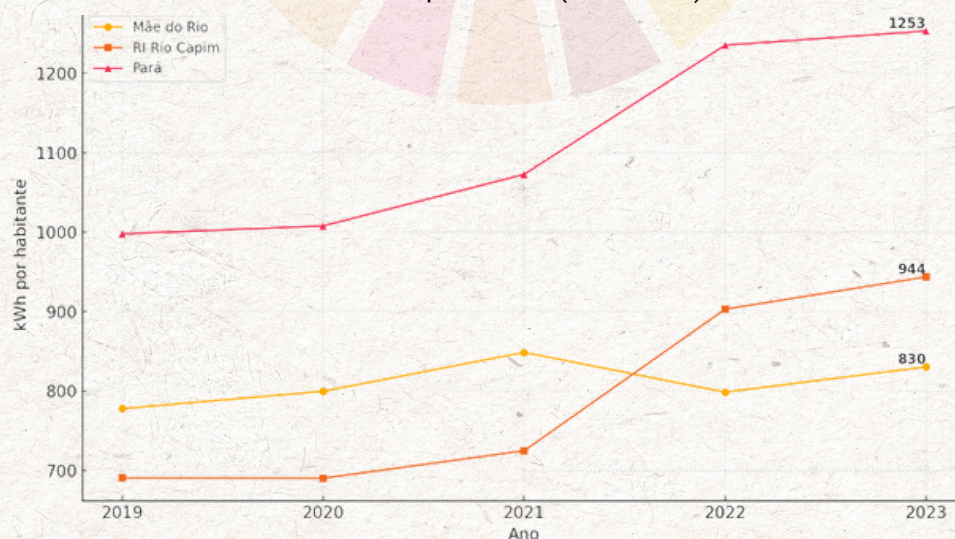


Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Mãe do Rio, o consumo de energia elétrica por habitante era de 778 kWh em 2019, subiu para 800 em 2020 e 850 em 2021, mas caiu para 800 em 2022 e voltou a crescer em 2023, alcançando 830 kWh/hab. Esse comportamento mostra crescimento moderado com leve recuo no penúltimo ano. A RI Rio Capim apresentou aumento mais expressivo: de 687 em 2019 para 944 kWh/hab. em 2023. O estado do Pará manteve-se em patamares mais altos, com salto de 999 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

Apesar do crescimento no consumo, Mãe do Rio ainda apresenta nível inferior ao da RI e do estado. Isso pode refletir limitações no acesso a equipamentos elétricos ou restrições econômicas da população. O crescimento mais intenso na RI e no estado pode estar ligado à expansão da eletrificação rural, aumento do poder aquisitivo ou urbanização. A retomada em 2023 é positiva, mas o ritmo ainda é inferior à média estadual. Para acompanhar a tendência regional, é necessário fortalecer políticas de acesso à energia e eficiência energética (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 830 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

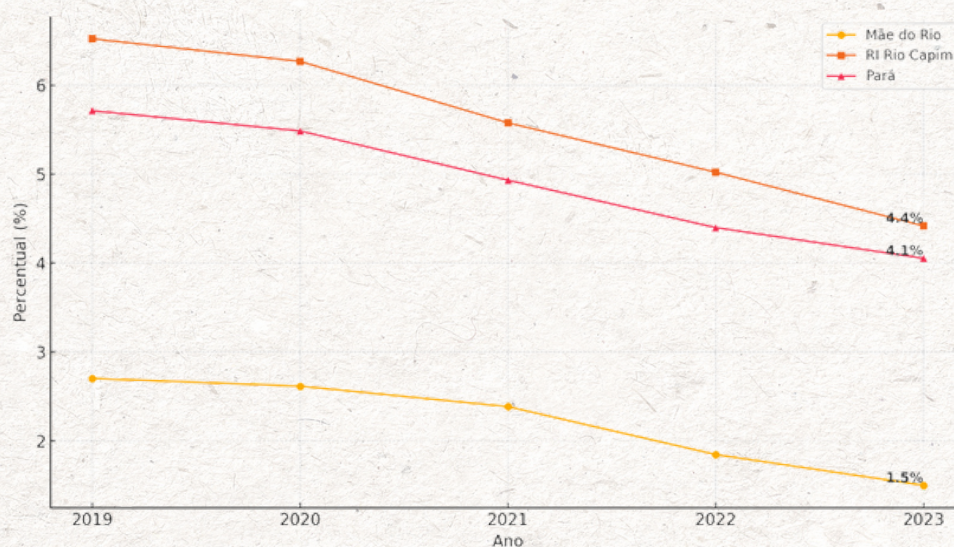
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Mãe do Rio, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação por fonte fóssil caiu consistentemente de 2,7% em 2019 para 1,5% em 2023. Essa queda indica avanço na substituição por energia elétrica convencional, promovendo inclusão e maior qualidade de vida. A RI Rio Capim partiu de 6,5% em 2019 e caiu para 4,4% em 2023, e o estado do Pará reduziu de 5,7% para 4,1% no mesmo período. Embora os níveis ainda sejam altos na região, a tendência de queda é contínua. (Gráfico 14).

Mãe do Rio apresenta desempenho mais favorável no indicador, mantendo percentuais bem abaixo da média regional e estadual ao longo de todo o período. Isso sugere uma cobertura mais ampla da rede elétrica formal entre a população vulnerável local. A melhora é relevante, pois a iluminação fóssil é ineficiente, cara e danosa à saúde. O avanço gradual do estado e da RI aponta para esforço contínuo de transição energética, mas ainda aquém do necessário. A meta deve ser a erradicação total desse tipo de iluminação nos próximos anos (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

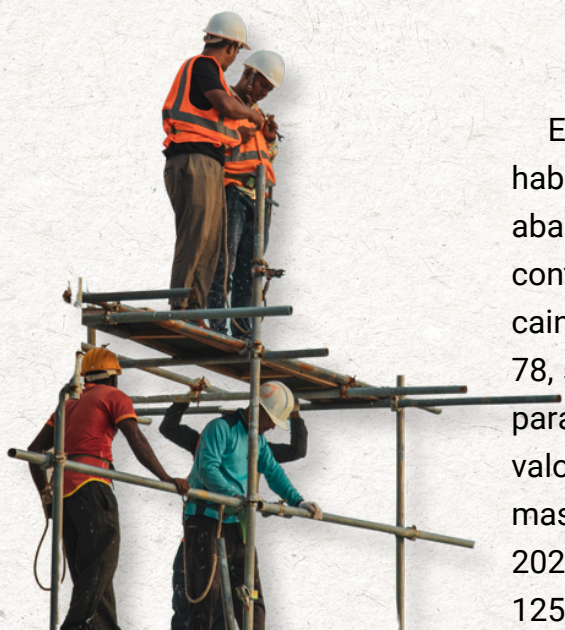
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

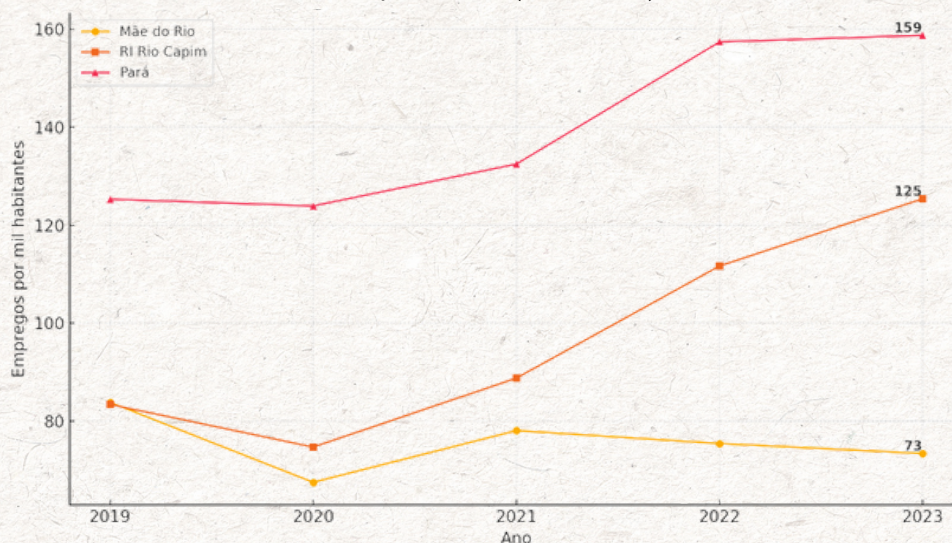


Empregos Formais por Mil Habitantes

O desempenho de Mãe do Rio revela uma estagnação no mercado de trabalho formal, com incapacidade de acompanhar o crescimento registrado nas demais escalas territoriais. A RI Rio Capim e o Estado do Pará demonstraram capacidade de recuperação e expansão de vínculos empregatícios, especialmente após 2021. A distância entre Mãe do Rio e o Pará em 2023 é de 86 empregos formais por mil habitantes. Esse cenário reforça a necessidade de políticas de fomento à formalização e dinamização econômica local. A atração de empresas, estímulo ao empreendedorismo e fortalecimento do setor de serviços são caminhos possíveis (Gráfico 15).

Em Mãe do Rio, o número de empregos formais por mil habitantes teve comportamento relativamente estável, mas abaixo da média estadual e regional. Em 2019, o município contava com 83 empregos formais por mil habitantes, caindo para 68 em 2020. Houve recuperação em 2021, com 78, seguida por ligeira queda para 76 em 2022 e novo recuo para 73 em 2023. Na Região de Integração Rio Capim, os valores partiram de 84 em 2019, caíram para 75 em 2020, mas cresceram progressivamente até atingirem 125 em 2023. O Estado do Pará registrou os maiores patamares: 125 em 2019, com subida contínua até 159 em 2023 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O município de Mãe do Rio apresentou crescimento modesto do PIB per capita no período de 2018 a 2021, partindo de R\$ 9.705 em 2018 para R\$ 11.364 em 2021. No entanto, em 2022, houve uma queda significativa, com o valor recuando para R\$ 10.075 por habitante. Essa reversão no último ano contrasta com o comportamento das demais regiões. A Região de Integração Rio Capim registrou crescimento contínuo: R\$ 13.264 em 2018 para R\$ 21.977 em 2022. O estado do Pará também apresentou forte expansão, saltando de R\$ 19.022 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Isso evidencia um distanciamento crescente entre Mãe do Rio e

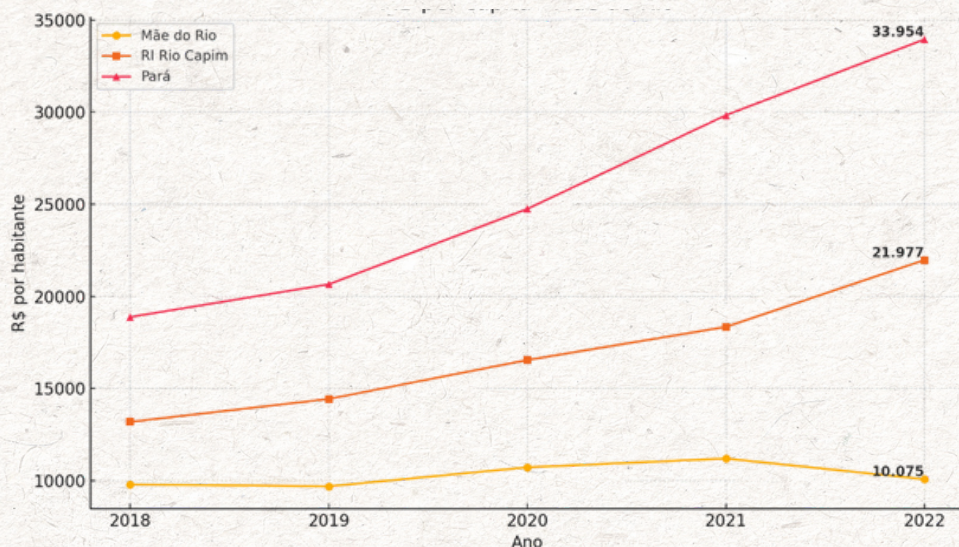


os demais recortes territoriais (Gráfico 16).

A diferença de R\$ 23.879 entre Mãe do Rio e o valor estadual em 2022 ressalta a desigualdade econômica intra-estadual. A queda no último ano pode indicar perda de dinamismo econômico local ou maior dependência de setores vulneráveis a crises. Em contraste, o crescimento da RI e do estado reflete maior diversificação econômica ou peso de grandes empreendimentos extrativos. O baixo PIB per capita de Mãe do Rio limita a arrecadação pública e as condições de investimento local (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.075/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

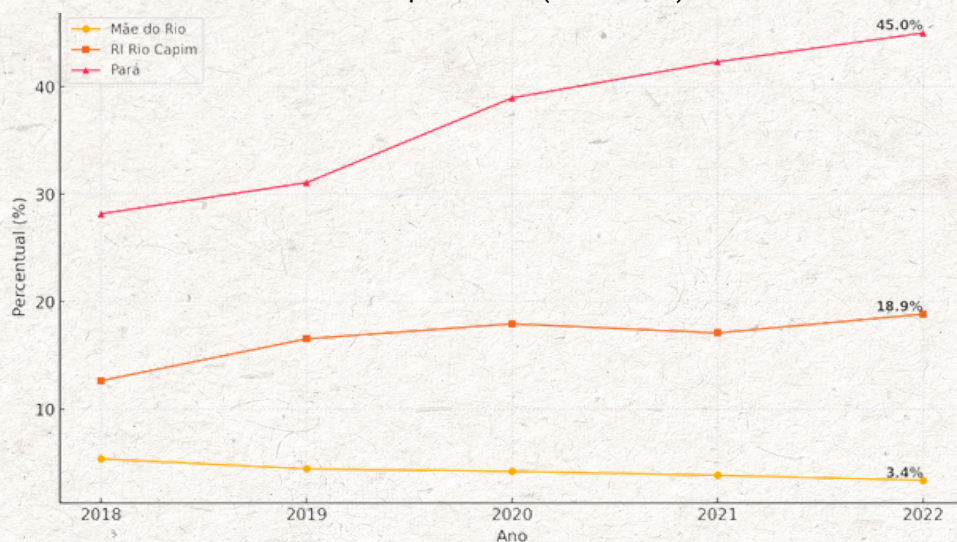


Em Mãe do Rio, a participação da indústria no PIB municipal foi bastante reduzida ao longo de todo o período analisado. Em 2018, o valor adicionado industrial correspondia a 5,5% do PIB local, caindo para 4,4% em 2019, 4,3% em 2020, 4,0% em 2021 e atingindo o menor valor da série em 2022, com apenas 3,4%. Essa trajetória evidencia um encolhimento relativo do setor industrial no município, que caminha na contramão da tendência regional e estadual. A Região de Integração Rio Capim, por exemplo, apresentou crescimento de 12,7% em 2018 para 18,9% em 2022, apesar de pequenas oscilações entre os anos. O Estado do Pará mostrou ainda mais vigor, com crescimento contínuo de 28,3% em 2018 para 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

O contraste entre os territórios destaca o baixo dinamismo industrial de Mãe do Rio, que apresenta valores mais de 13 vezes inferiores ao índice estadual no final do período. A retração da indústria local pode ter impactos diretos sobre a diversificação da economia e a geração de empregos mais qualificados. Enquanto a indústria vem ganhando espaço como vetor de crescimento no estado e na RI, Mãe do Rio permanece fortemente dependente de setores menos produtivos, como agropecuária e serviços. Isso limita sua capacidade de competir economicamente e de elevar o PIB per capita. Para reverter esse cenário, é essencial que o município invista em infraestrutura, qualificação da mão de obra e atração de empreendimentos industriais (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Mãe do Rio, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes caiu de 13,7 em 2019 para 11 em 2020, com leve recuperação para 13 em 2021. Nos anos seguintes, houve queda contínua: 10,6 em 2022 e 10 em 2023. Na RI Rio Capim, o índice cresceu de 8,8 em 2019 para 16 em 2023, ultrapassando



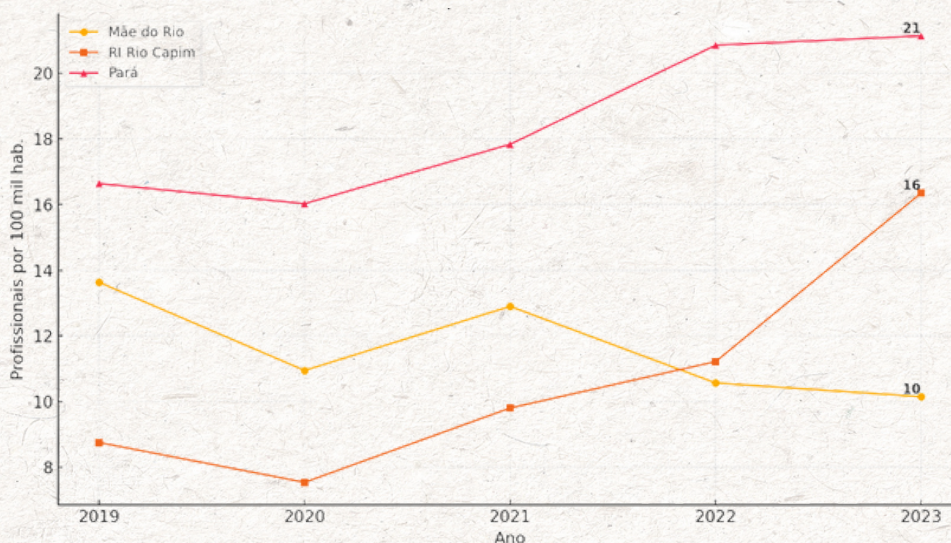
Mãe do Rio a partir de 2022. Já o estado do Pará teve evolução constante: 16,7 em 2019 para 21 em 2023 (Gráfico 18).

O indicador mostra que Mãe do Rio vem perdendo participação relativa em qualificação técnica e científica da força de trabalho. Enquanto o estado e a RI ampliaram significativamente sua densidade de profissionais da ciência, o município seguiu em trajetória de declínio. Isso pode comprometer a capacidade de inovação, acesso a serviços especializados e desenvolvimento tecnológico local. Investir em educação superior, pesquisa aplicada e atração de talentos é essencial. A diferença em relação ao estado (11 profissionais a menos por 100 mil habitantes em 2023) é expressiva e merece atenção estratégica (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



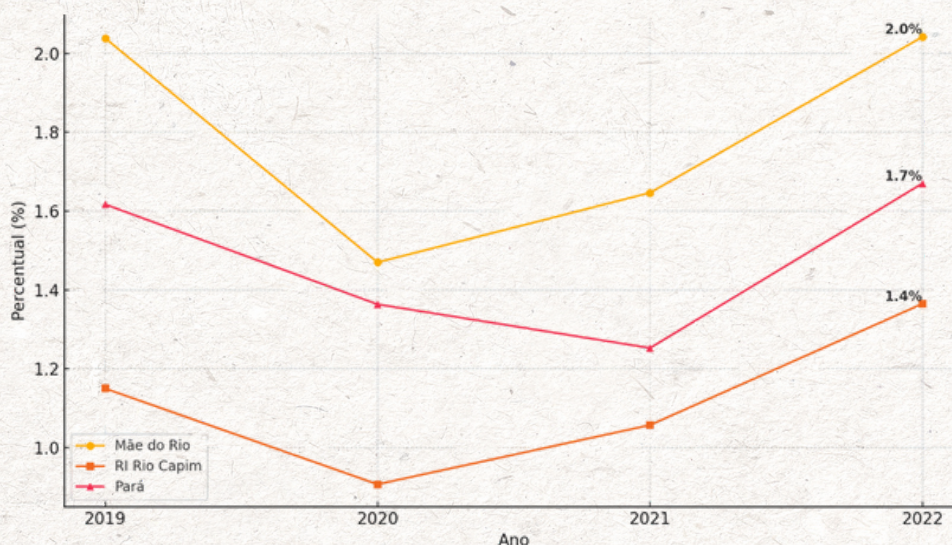
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Mãe do Rio iniciou 2019 com 2,03% do seu PIB destinado à massa salarial formal, recuando para 1,47% em 2020. A partir de 2021, o percentual voltou a crescer: 1,65% em 2021 e 2% em 2022, retornando ao patamar inicial. A RI Rio Capim registrou crescimento de 1,15% em 2019 para 1,4% em 2022, após queda para 0,89% em 2020. O estado do Pará apresentou 1,62% em 2019 e encerrou 2022 com 1,7% (Gráfico 19).

Mãe do Rio mantém um nível de comprometimento do PIB com salários formais su-

perior ao da RI e ao do próprio estado. Isso pode indicar maior dependência econômica de vínculos assalariados públicos ou privados em relação à sua estrutura produtiva. No entanto, o valor absoluto da massa salarial pode ser pequeno, refletindo também baixa produtividade e menor formalização da economia. O aumento em 2022 sugere uma possível recuperação do mercado de trabalho local. Para manter esse avanço, é necessário estimular empregos qualificados e ampliar a formalização nas atividades econômicas (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

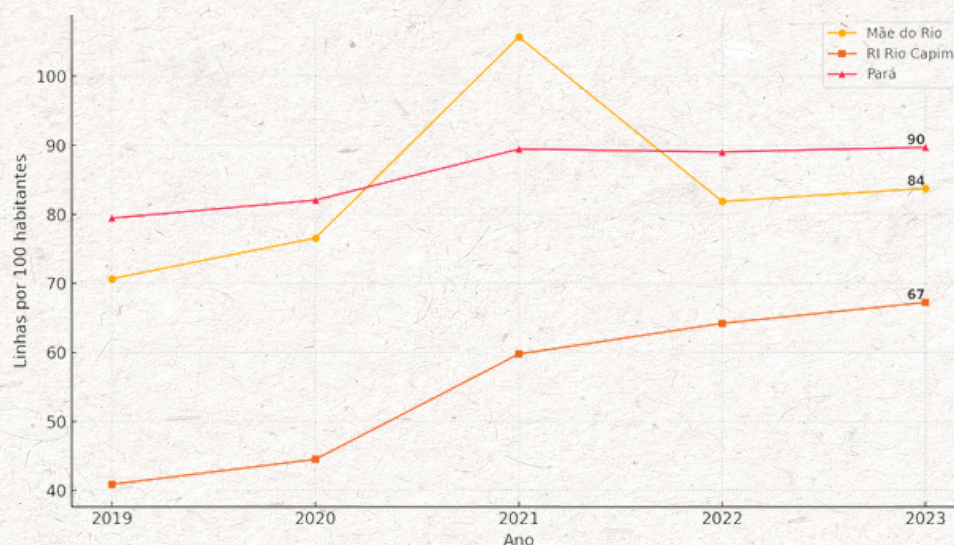
Acesso à Telefonia Móvel

Em Mãe do Rio, o acesso à telefonia móvel cresceu de 71 linhas por 100 habitantes em 2019 para 105 em 2021, seguido de recuo para 82 em 2022 e leve alta para 84 em 2023. A Região de Integração Rio Capim iniciou com 41 linhas por 100 hab. em 2019, atingindo 67 em 2023, com crescimento contínuo. Já o estado do Pará teve evolução mais estável, partindo de 79 para 90 linhas no mesmo período. Mãe do Rio chegou a superar os dois recortes em 2021, mas perdeu força nos anos seguintes (Gráfico 20).

Esse comportamento revela um surto de expansão no município até 2021, possivelmente ligado à inclusão digital ou à migração de serviços presenciais para remotos durante a pandemia. No entanto, a queda em 2022 pode refletir desconexões ou substituições por outras tecnologias. A RI e o estado mantiveram crescimento moderado, mas consistente. Mãe do Rio ainda supera a média da RI, mas ficou abaixo do Pará em 2023. Para manter o avanço, é importante garantir infraestrutura, sinal e inclusão nas áreas rurais. A telefonia é vetor de acesso à informação, serviços e desenvolvimento econômico (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 84 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

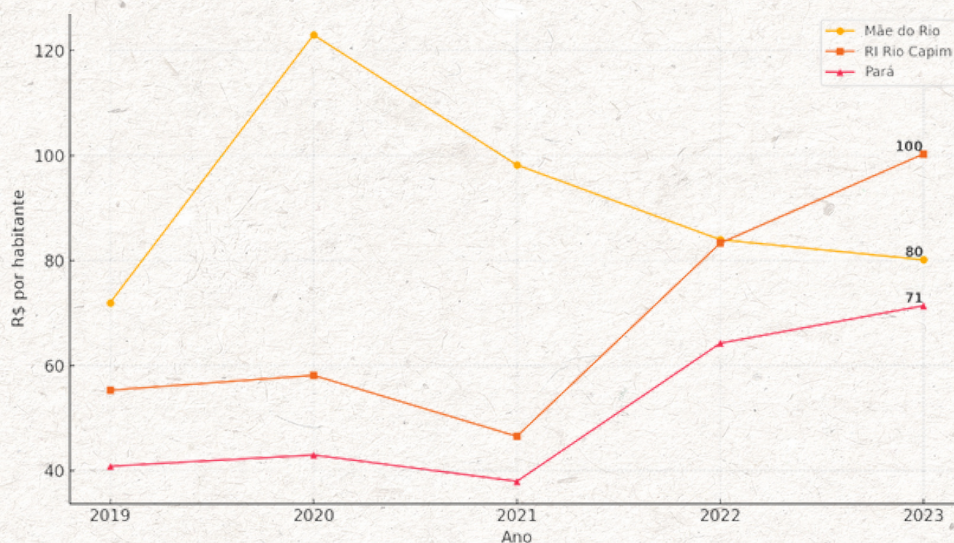
Mãe do Rio iniciou 2019 com R\$ 72 por habitante, alcançou o pico de R\$ 123 em 2020, caindo para R\$ 98 em 2021 e encerrando 2023 com R\$ 80. A RI Rio Capim teve valores mais estáveis, entre R\$ 55 e R\$ 100, superando o município no último ano. O estado do Pará, por sua vez, partiu de R\$ 41 em 2019 para R\$ 71 em 2023, com crescimento expressivo a partir de 2022. Embora Mãe do Rio tenha investido mais nos primeiros anos, perdeu fôlego a partir de 2021 (Gráfico 21).

Esse cenário indica priorização temporária

dessas áreas no início da série, seguida de retração nos investimentos. A RI Rio Capim ultrapassou o município em 2023, revelando uma reorganização orçamentária regional mais sólida. Já o estado apresenta tendência de valorização contínua da cultura e meio ambiente. A queda em Mãe do Rio pode impactar políticas de sustentabilidade e acesso cultural. Reverter essa curva exige planejamento intersetorial e fortalecimento das secretarias temáticas. São áreas essenciais para a identidade local, turismo e preservação ambiental (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

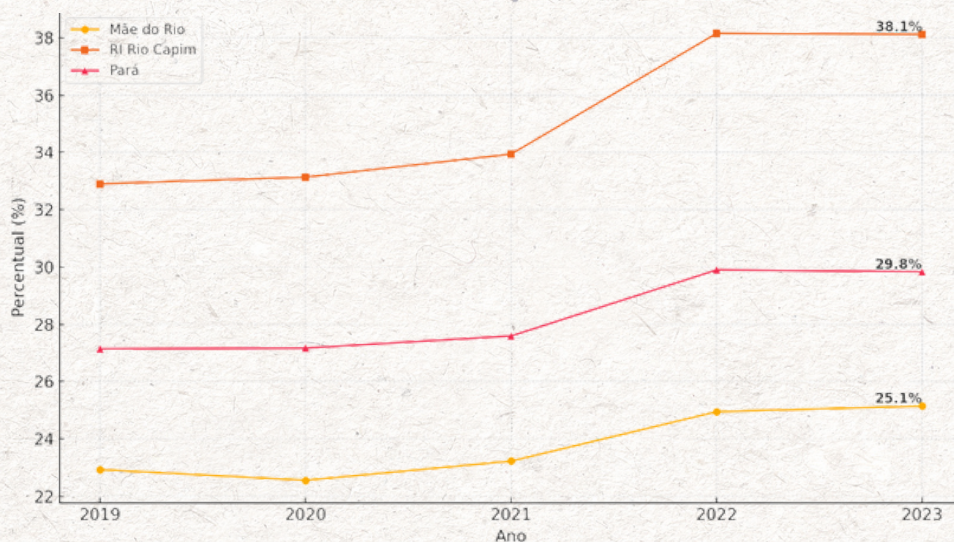


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Mãe do Rio, o percentual da população de baixa renda que queima ou enterra lixo cresceu de 22,9% em 2019 para 25,1% em 2023. A Região de Integração Rio Capim partiu de 33% para 38,1%, enquanto o estado do Pará variou de 27,1% para 29,8% no mesmo período. Observa-se que todos os territórios apresentaram crescimento no indicador, com destaque para a RI, que possui os piores resultados. Mãe do Rio mantém percentuais abaixo das médias regional e estadual, o que é positivo (Gráfico 22).

Entretanto, o aumento gradual em todos os recortes indica a persistência de falhas no sistema de coleta e destinação de resíduos sólidos. A queima e o enterramento de lixo geram impactos ambientais, riscos à saúde pública e refletem a ausência de alternativas adequadas. O avanço mais contido em Mãe do Rio pode ser reflexo de ações locais de coleta seletiva ou educação ambiental. Mesmo assim, os 25,1% em 2023 ainda são alarmantes. A ampliação dos serviços de coleta e conscientização são passos fundamentais para reverter esse cenário (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

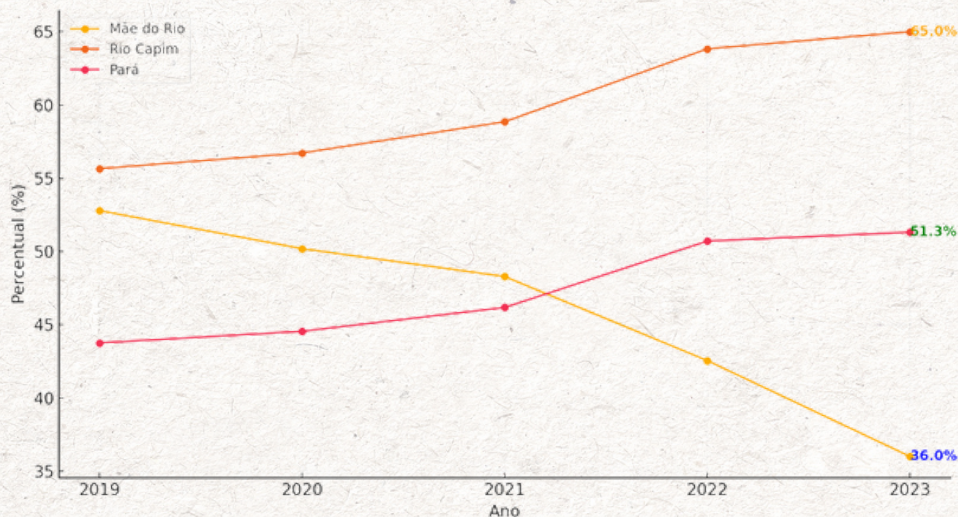
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Mãe do Rio, o percentual caiu de 52,8% em 2019 para 36% em 2023, com tendência de queda contínua ao longo dos anos. Esse é um desempenho positivo, contrastando com a RI Rio Capim, que cresceu de 55,7% para 65% no mesmo período. O estado do Pará também apresentou crescimento: 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. Em 2023, Mãe do Rio se tornou o território com menor percentual entre os três recortes analisados (Gráfico 23).

A redução no uso de fossas rudimentares em Mãe do Rio reflete esforços em sanea-

mento básico, ainda que tímidos em escala, mas consistentes. Enquanto isso, a RI e o estado caminham na direção contrária, ampliando a exposição da população vulnerável a sistemas inadequados de esgotamento. As fossas rudimentares representam risco ambiental e sanitário significativo. A trajetória de Mãe do Rio é um exemplo de política pública positiva nesse setor. Manter esse ritmo de substituição por soluções apropriadas pode garantir melhores condições de vida, saúde e dignidade à população (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

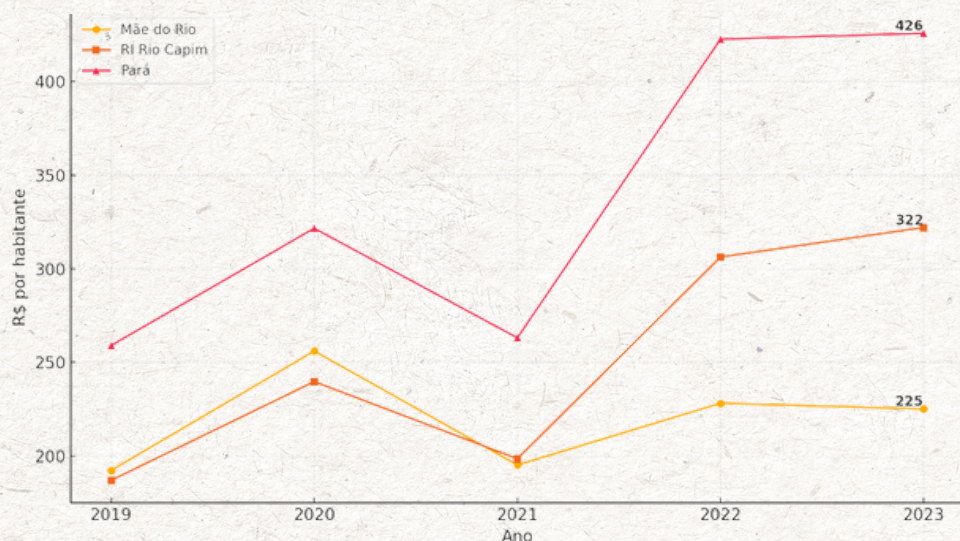
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Mãe do Rio, os gastos per capita com prevenção de desastres variaram significativamente, iniciando em R\$ 192 em 2019, subindo para R\$ 256 em 2020, caindo para R\$ 195 em 2021, e voltando a subir nos dois anos seguintes, alcançando R\$ 225 em 2023. Na RI Rio Capim, o crescimento foi mais acentuado: de R\$ 185 em 2019 para R\$ 322 em 2023, com destaque para a forte alta entre 2021 e 2022. O estado do Pará apresentou os maiores valores absolutos: partiu de R\$ 258 em 2019, chegando a R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).



A análise evidencia que Mãe do Rio, embora tenha registrado aumento em parte do período, perdeu força diante do ritmo da RI e do estado. O Pará, em especial, parece ter ampliado sua atenção a esse tipo de gasto de forma consistente. A estagnação relativa do município pode indicar limitações orçamentárias ou prioridade reduzida na área. A prevenção de desastres é um investimento estratégico frente às mudanças climáticas e eventos extremos. Portanto, a ampliação contínua e planejada desses recursos é crucial para proteger populações vulneráveis e reduzir perdas futuras (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 225/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Mãe do Rio, os gastos com preservação aquática foram nulos de 2019 a 2022, com apenas um registro em 2023, quando alcançou R\$ 1 por habitante. A Região de Integração Rio Capim manteve o comportamento, registrando valores próximos de zero até 2022 e chegando a R\$ 4 em 2023. Em contraste, o estado do Pará manteve altos níveis de despesa per capita, variando de R\$ 182 em 2019 para R\$ 287 em 2023, com pico em 2020 (R\$ 275) e ligeira oscilação nos anos seguintes (Gráfico 25).

Essa discrepância demonstra uma forte cen-

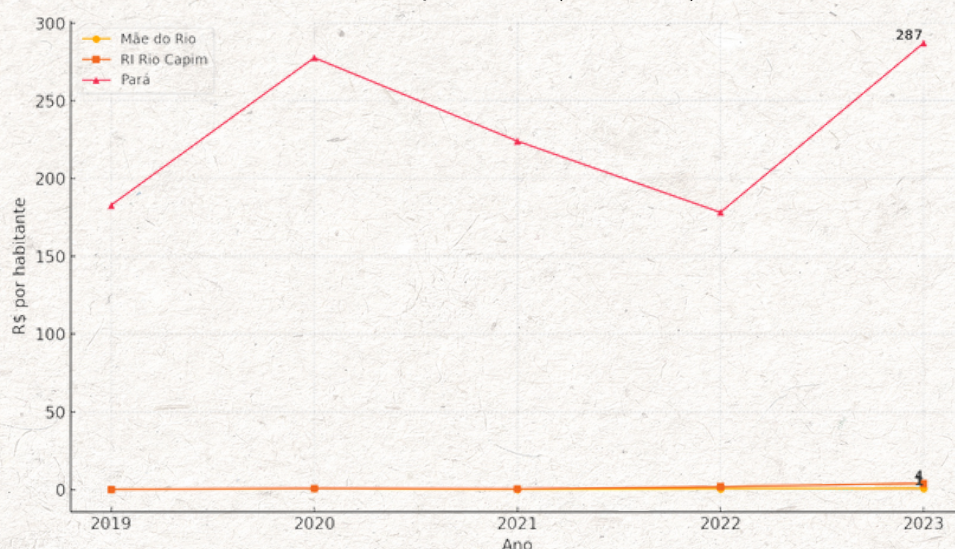


Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



tralização do esforço de preservação aquática na esfera estadual, enquanto os níveis municipal e regional ainda apresentam baixa capacidade de execução orçamentária nessa área. A ausência de investimentos locais fragiliza ações de proteção de rios, lagos e nascentes, especialmente em regiões como Mãe do Rio, inseridas na bacia amazônica. Com a crescente pressão ambiental e uso de recursos hídricos, torna-se urgente estruturar políticas locais de preservação. A alocação orçamentária ainda que modesta em 2023 pode representar um ponto de partida (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

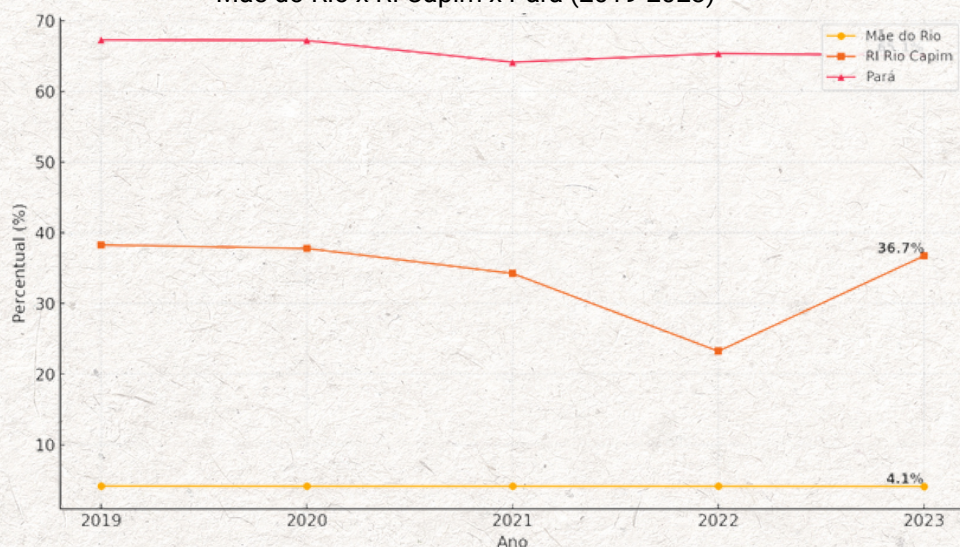
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Mãe do Rio apresentou um dos menores percentuais de área florestal em relação ao total do território: apenas 4,1% de cobertura em todos os anos entre 2019 e 2023, sem qualquer variação. A RI Rio Capim teve redução de 38,2% em 2019 para 23,6% em 2022, com recuperação para 36,7% em 2023. Já o estado do Pará apresentou estabilidade elevada no indicador, entre 67,6% e 64,9%, mesmo com pequena oscilação. Comparativamente, o município de Mãe do Rio se destaca negativamente (Gráfico 26).

A baixa cobertura florestal municipal reflete um uso intensivo do solo, associado a atividades como agricultura, pecuária e ocupação urbana. Essa condição compromete a qualidade ambiental, a biodiversidade local e a capacidade de prestação de serviços ecossistêmicos. A estabilidade dos baixos valores pode indicar ausência de políticas de reflorestamento ou proteção de remanescentes. Já a recuperação da RI em 2023 mostra que ações corretivas são possíveis, mesmo após períodos de degradação (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

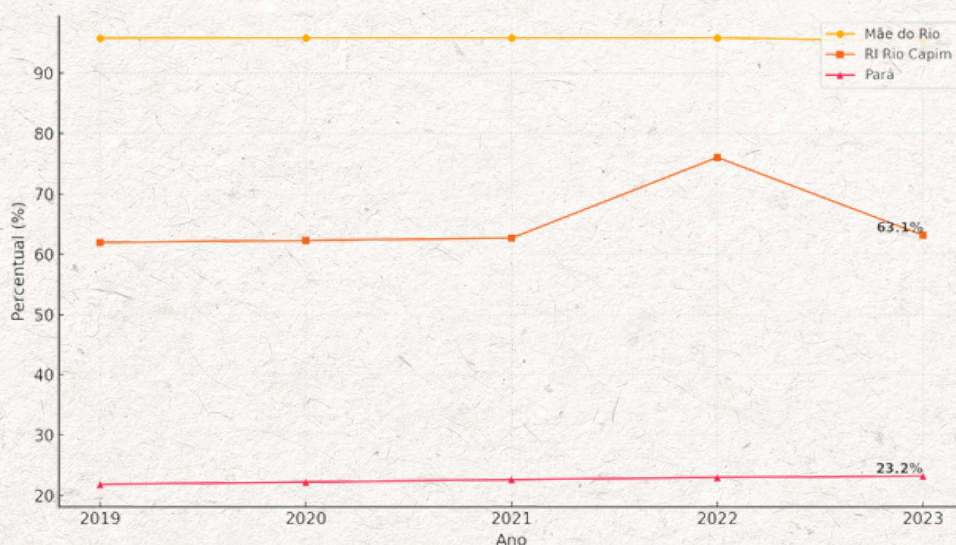
Mãe do Rio manteve um nível extremamente alto de área desmatada: 95,5% do seu território entre 2019 e 2023, sem qualquer alteração. A RI Rio Capim apresentou uma variação moderada, de 62,1% em 2019 para um pico de 73,9% em 2022, recuando para 63,1% em 2023. O estado do Pará manteve relativa estabilidade, com leve crescimento de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023. Esses dados mostram que Mãe do Rio tem uma das áreas mais desmatadas proporcionalmente da região (Gráfico 27).

Esse padrão de desmatamento extremo compromete a

sustentabilidade ambiental do município, colocando-o em desvantagem frente aos esforços de conservação. Enquanto a RI e o estado ainda mantêm áreas significativas de cobertura vegetal, Mãe do Rio praticamente não possui margem para novos desmates sem agravar os impactos ambientais. A ausência de variação nos dados pode indicar estagnação no planejamento territorial e falta de políticas de recuperação. Esse cenário reforça a urgência de reflorestamento e adoção de práticas sustentáveis de uso do solo (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

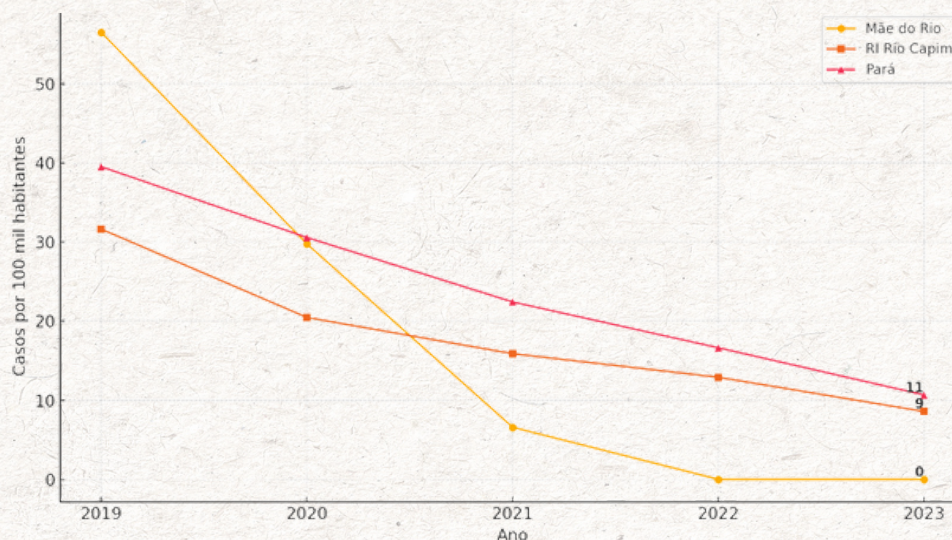
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Mãe do Rio apresentou queda acentuada na taxa de trabalho infantil, que passou de 57 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 30 em 2020, e 6 em 2021, chegando a 0 nos anos de 2022 e 2023. A RI Rio Capim teve redução de 32 casos em 2019 para 9 em 2023. Já o estado do Pará seguiu tendência semelhante, partindo de 40 para 11 casos por 100 mil. O município se destacou ao alcançar a eliminação total do indicador nos dois últimos anos da série (Gráfico 28).

Esse desempenho é positivo e sugere políticas públicas efetivas de combate ao trabalho infantil em Mãe do Rio. A queda consistente pode estar associada a ações de fiscalização, inclusão escolar e programas sociais. Ainda que os dados sejam animadores, é importante manter vigilância, pois a informalidade pode ocultar casos. A RI e o estado também avançaram, embora com taxas ainda não zeradas. A continuidade dessas políticas será essencial para consolidar os avanços e impedir retrocessos (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

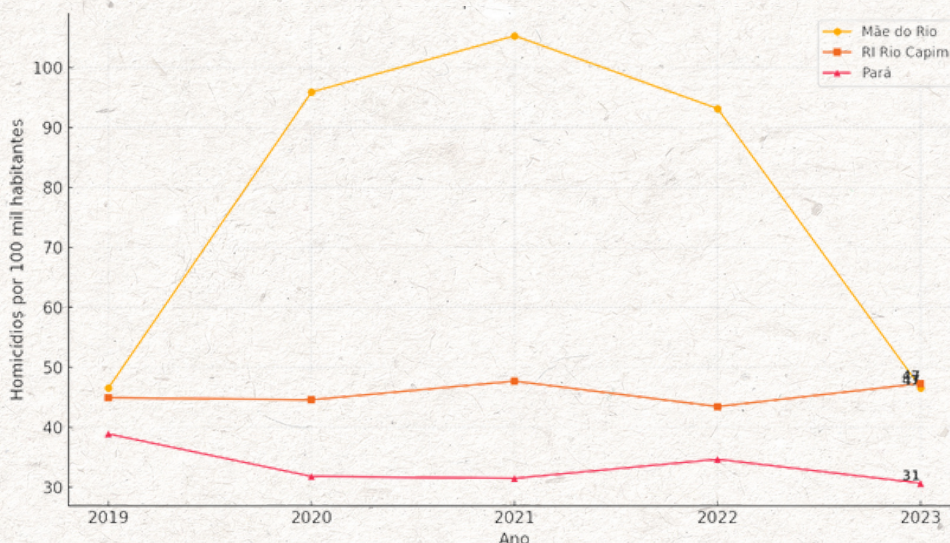
Em Mãe do Rio, a taxa de homicídios teve variação significativa: iniciou com 47 em 2019, subiu fortemente para 96 em 2020 e atingiu o pico de 105 em 2021. Em seguida, houve redução para 93 em 2022 e queda brusca para 47 em 2023. A RI Rio Capim manteve certa estabilidade, com variações entre 44 e 48 homicídios por 100 mil. Já o Pará apresentou índices menores: 39 em 2019 e 31 em 2023, com pouca oscilação (Gráfico 29).

A alta expressiva em Mãe do Rio entre 2020 e 2021 indica um período crítico de violência

letal, acima dos padrões regionais e estaduais. A recuperação observada em 2023, com retorno ao patamar de 2019, é positiva, mas ainda merece atenção. O comportamento do indicador revela vulnerabilidades locais, possivelmente ligadas a conflitos territoriais, ausência de policiamento ou desigualdade social. A estabilidade na RI e no estado mostra que esses níveis são possíveis. Investimentos em segurança pública, prevenção e inclusão são fundamentais para manter a tendência de queda no município (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

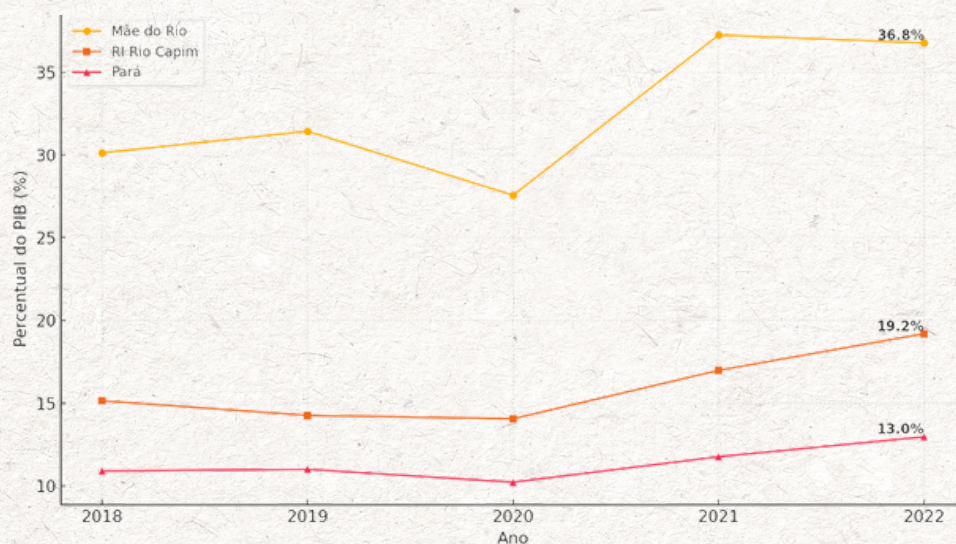


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O gasto público municipal como percentual do PIB no município de Mãe do Rio apresentou uma evolução significativa ao longo dos anos. Em 2018, o valor era de aproximadamente 30%, subindo para 31% em 2019 e atingindo um pico de 32% em 2020, antes de cair para 27% em 2021. A partir daí, houve uma recuperação notável, alcançando 36,8% em 2022, registrando um aumento expressivo nos últimos dois anos. Essa tendência sugere um esforço crescente para ampliar os investimentos públicos locais, possivelmente em resposta a demandas regionais ou políticas específicas (Gráfico 30).

Já na Região de Integração (RI) Rio Capim, o percentual manteve-se relativamente estável entre 15% e 16% de 2018 a 2020, com uma leve queda para 14% em 2021. A partir de 2021, observou-se um crescimento contínuo, alcançando 19,2% em 2022, refletindo um aumento gradual no gasto público. No estado do Pará, o indicador apresentou baixo e estável, variando entre 10% e 13%, com um nível de aumento para 13% em 2022. Isso indica que o município e o RI tiveram um comportamento mais dinâmico em comparação com o estado, que manteve uma postura mais conservadora (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 36,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

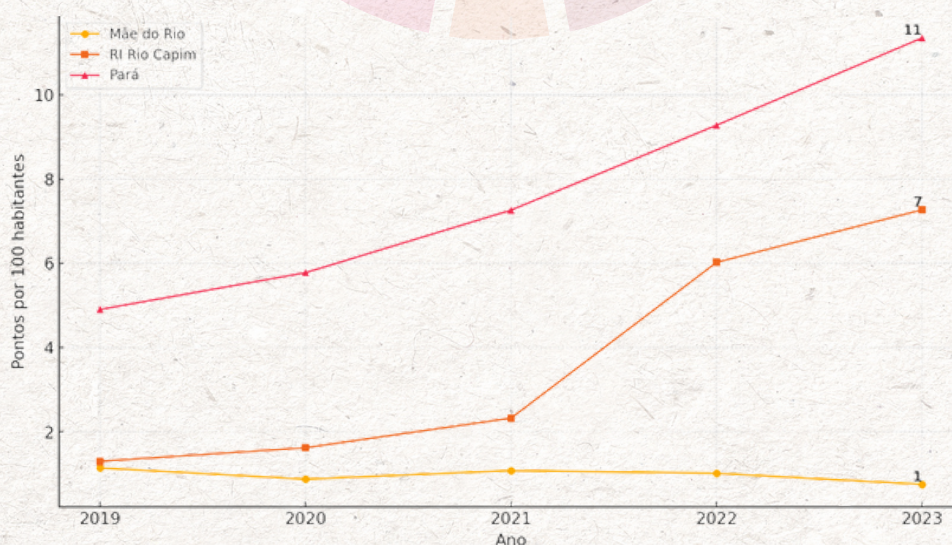
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa em Mãe do Rio começou em 1 ponto por 100 habitantes em 2019, mantendo-se estável até 2021, quando subiu para 2 pontos. A partir de 2022, houve um crescimento mais acentuado, alcançando 7 pontos em 2023, o que reflete um progresso significativo na infraestrutura de internet. Essa evolução sugere investimentos recentes na região, embora os valores ainda sejam baixos em comparação com padrões mais altos de conectividade (Gráfico 31).

No RI Rio Capim, a taxa iniciou em 1,3 pontos

em 2019, com um aumento gradual para 2,3 pontos em 2021, subindo para 6 pontos em 2022 e alcançando 7,3 pontos em 2023. Esse crescimento contínuo indica uma melhoria consistente na acessibilidade à banda larga. No estado do Pará, um táxon partiu de 4,9 pontos em 2019, cresceu para 5,8 pontos em 2020, e teve um salto para 9 pontos em 2022, chegando a 11 pontos em 2023. O Pará liderou o acesso entre os níveis consolidados, mostrando uma tendência de expansão mais robusta ao longo do período (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

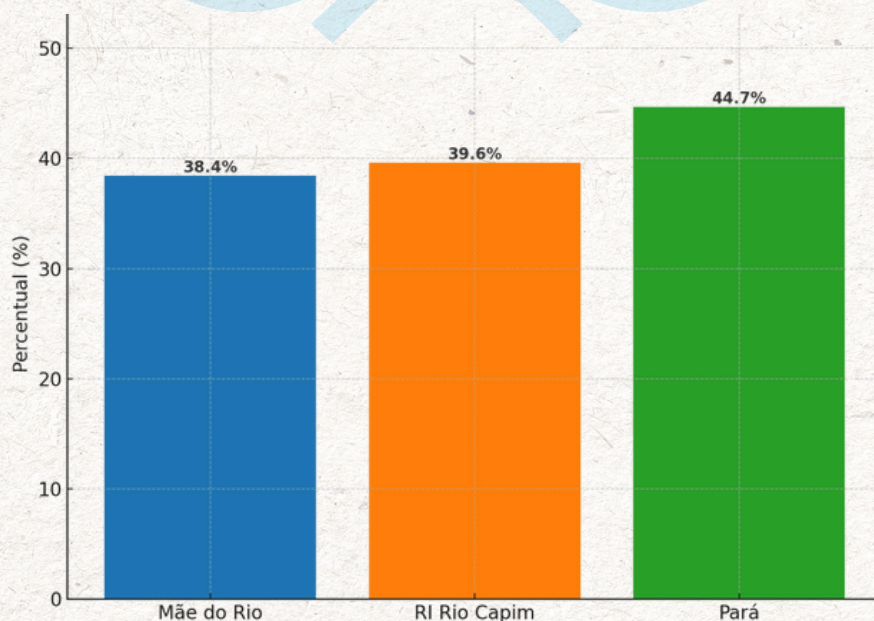
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Mãe do Rio** registrou um IDS de **38,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Mãe do Rio x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



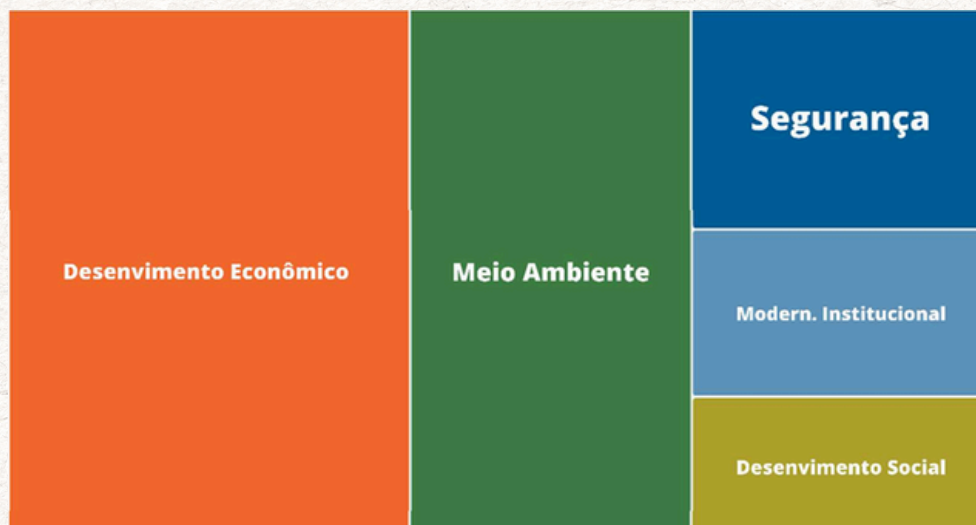
Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



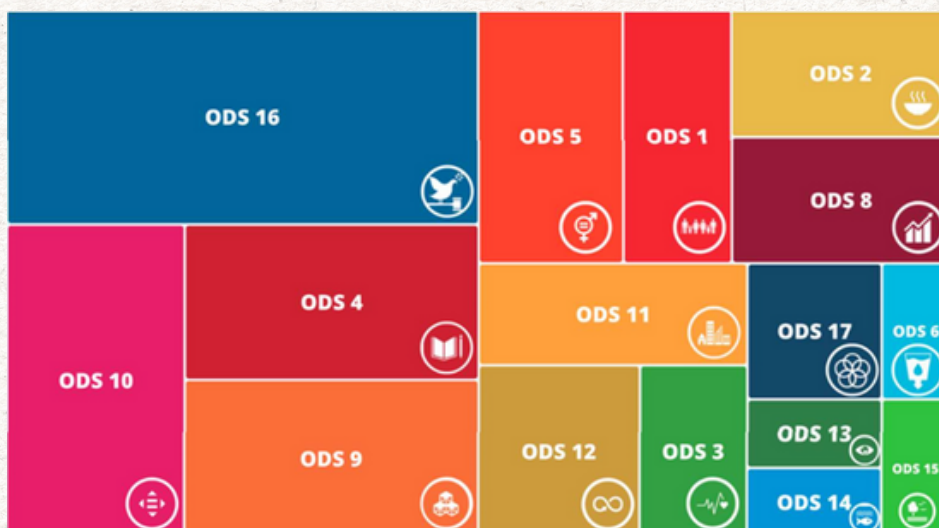
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.


Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).






Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

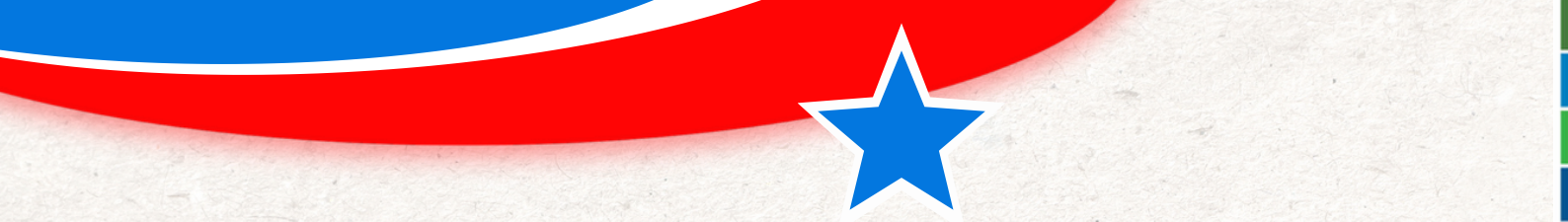
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-


is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Mãe do Rio na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Mãe do Rio e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

